



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
FACULDADE DE LETRAS

O “MUNDO DA LEITURA” DO JOVEM LEITOR
E AS MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS

Adriana Cristina de Vasconcelos Gomes

RIO DE JANEIRO/RJ

2017

ADRIANA CRISTINA DE VASCONCELOS GOMES

O “mundo da leitura” do jovem leitor
e as mudanças socioculturais

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção de título de
Licenciado em Letras na habilitação Português /
Literaturas.

Orientadora: Professora Doutora Ana Crélia Penha Dias

Rio de Janeiro / RJ

2017

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Adriana Cristina de Vasconcelos Gomes

DRE 113162244

O “mundo da leitura” do jovem leitor e as mudanças socioculturais

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Letras na habilitação Português / Literaturas.

Data de avaliação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Crélia Penha Dias (UFRJ)

NOTA: _____

Leitor Crítico:

NOTA: _____

MÉDIA: _____

Assinatura dos avaliadores: _____

Agradecimentos

Essa conquista é muito valorosa para mim, por isso, não posso deixar de agradecer a Deus por ser essencial em minha vida, por toda força e ânimo que me ofereceu para eu alcançar minha meta e superar minhas dificuldades.

Em especial, agradeço ao meu querido filho Igor que foi meu maior incentivador e que insistiu para que eu acreditasse nos meus sonhos.

À Universidade que passou a ser a minha segunda casa e me proporcionou momentos muito ricos de aprendizagem, principalmente aos professores que contribuíram para o meu crescimento, desenvolvimento e formação, especialmente à minha querida professora e orientadora Ana Crélia.

Agradeço à minha família, à minha mãe, aos meus irmãos, amigos, meus filhos, pelo amor, pelas palavras incentivadoras, por todo apoio recebido desde o momento em que resolvi voltar a estudar e ingressar na vida acadêmica, conciliando com o trabalho e durante todos os momentos vivenciados por mim ao longo desse percurso.

Enfim, agradeço a todos que fizeram parte dessa etapa importante da minha vida e que direta ou indiretamente colaboraram, me ajudaram e acreditaram que eu conquistaria essa vitória.

O “mundo da leitura” do jovem leitor e as mudanças socioculturais

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da literatura infantil e juvenil como porta de entrada ao “mundo da leitura” pois, através dela, é possível abordar temas presentes no contexto do jovem leitor, ampliar as reflexões sobre as realidades socioculturais e suas mudanças, considerando a escola como um espaço de socialização importante para a formação do indivíduo. Preconceito e práticas de discriminação são temas entrelaçados que aparecem nas obras literárias, *Tamanho G e Tal pai, tal filho?* Escolhidas para análise nesse trabalho. Tomou-se como referencial teórico os estudos de Andrade (2015), Candido (2011), Colomer (2003), Davis e Oliveira (1994), Freire (2009), Lajolo e Zilberman (1987), Moreira e Candau (2013), Rouxel (2013) e Zilberman (1989).

Palavras-chave: Leitura literária, Literatura infantil e juvenil, Discriminação, Preconceito

Sumário

INTRODUÇÃO	Pág. 8
1. O “MUNDO DA LEITURA”	Pág. 10
1.1. A teoria literária, o leitor e a escola	Pág. 12
1.2. Cultura e identidade cultural	Pág. 15
1.3. Multiculturalismo e escola	Pág. 16
2. A LITERATURA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS ...	Pág. 18
2.1. Preconceito, discriminação e bullying na escola	Pág. 21
3. AS OBRAS INFANTIS E JUVENIS	Pág. 24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 31
REFERÊNCIAS	Pág. 33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade ressaltar a importância da literatura infantil e juvenil como porta de entrada ao “mundo da leitura”, para a formação do leitor literário, assim como, a formação de indivíduos pensantes, críticos e transformadores.

No primeiro momento, é discorrido como e quando surgiu a literatura infantil levando-se em conta a evolução histórica e sociocultural. Essa modalidade literária cresce de forma gradativa, tornando-se objeto de estudos e de interesse por vários estudiosos. Considerando-se que, a sociedade se modifica e classes sociais se fortalecem de forma que se valoriza a instrução e a escola.

No Brasil, muitas crianças e jovens têm acesso aos chamados bens culturais e ao livro literário na instituição escolar, além disso, a escola é um espaço adequado para se trabalhar de forma entrelaçada educação e culturas. Levando-se em conta os direitos humanos, a educação deve ser voltada para a inclusão social, a valorização e o reconhecimento da diversidade cultural brasileira. No entanto, certos grupos sociais têm sido alvo de discriminações.

Tomou-se como referencial teórico os estudos de Andrade (2015), Candido (2011), Colomer (2003), Freire (2009), Lajolo e Zilberman (1987), Moreira e Candau (2013), Rouxel (2013) e Zilberman (1989).

A análise do trabalho aponta a relevância do diálogo entre literatura e o processo de mudanças socioculturais, de modo que, os textos literários infantis e juvenis podem promover ao leitor o conhecimento de diferentes linguagens e a prática socializadora de aprendizado. O ato de ler envolve muito mais do que a decodificação dos signos linguísticos, envolve interligação lógica dos significados, construção de sentidos que são preenchidos de acordo com as experiências vivenciadas pelo leitor. O livro infantil possui características estéticas que envolvem a literatura de uma maneira geral. Ele pode levar o jovem leitor a promover experiência com o texto, despertar o prazer estético, resgatar o gosto de ouvir histórias, como também levá-lo a saber mais sobre si e do mundo que a cerca. A obra literária infantil além de exibir aspectos lúdicos, imaginativos e simbólicos, pode apresentar a realidade de forma nova e criativa.

Nesse processo de leitura, o professor assume um papel importante como mediador. Ele deve estimular o aluno a ler e analisar inúmeras obras literárias, perceber a reação do aluno à situação no plano afetivo e moral. Além disso, deve observar se os alunos se identificam de alguma maneira com o texto e o que foi compreendido por eles, saber o que

acharam de interessante, e permitir que o jovem leitor faça uma reflexão sobre o assunto tratado. Dessa forma estará contribuindo para a formação de leitores críticos.

Como pensar em estratégias de formação que estimulem os alunos a questionamentos sobre determinados temas como, preconceito, intolerância e práticas de discriminação? Como a literatura pode contribuir para a formação de sujeitos críticos? É primordial que se amplie as reflexões sobre leitura, literatura e escola, revelando como a teoria literária pode contribuir no trabalho do educador, assim como nas inter-relações entre o texto literário e o leitor. Preconceito e discriminação, existentes na sociedade, são um traço cultural que muitas vezes a criança tem em casa e leva consigo para a escola. Ela normalmente reproduz o que vê nos adultos e demonstra um olhar preconceituoso em relação ao diferente. Como consequência disso pode ocorrer o bullying.

Faz parte desse trabalho analisar duas obras como propostas para se desenvolver em sala de aula e levantar discussões sobre assuntos que podem estar presentes no contexto do aluno. A primeira obra chama-se *Tamanho G*, da autora Cris Amorim, e faz parte da coleção “Era uma vez o bullying”, que trata a temática. A segunda, da escritora Georgina Martins, *Tal pai, tal filho?* também mostra como o preconceito está presente no ambiente familiar.

1 - O “MUNDO DA LEITURA” DO JOVEM LEITOR

Falar do mundo da leitura significa falar da vida social. Para Paulo Freire, é necessário o reconhecimento de que “nenhum de nós está só no mundo. Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE,1997). Seguindo o seu pensamento, pode se afirmar que cada sujeito tem a sua importância, sua experiência de vida, e é fundamental que haja troca, ou seja, saber falar e saber ouvir o outro. Mas saber ouvir o outro nem sempre é uma tarefa fácil pois, a sociedade se modifica e, o que é visto como correto e bom hoje para um povo, pode ser visto amanhã como incorreto e ruim. Por isso, como também disse Freire, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE,1997), ou seja, há uma ligação dinâmica entre linguagem e realidade, entre texto e contexto.

E voltando a se falar em vida social e mundo da leitura, especificamente, das crianças e dos jovens, pode se dizer que os primeiros livros para crianças foram produzidos ao final do século XVII e durante o século XVIII. Antes desse período, não se escrevia para elas, porque a infância não era concebida como atualmente. Historicamente, a vida da criança sempre foi definida pelas expectativas dos adultos, mas, com o passar do tempo, a evolução cultural e histórica leva a criança a conseguir um lugar diferenciado na sociedade, bem diferente do passado. E assim, constitui-se um novo modelo familiar burguês.

Por consequência das mudanças sociais, a Escola, depois da família, passa a ser a segunda instituição de grande importância para a solidificação política e ideológica da burguesia. As mudanças começam a ocorrer no século XVIII através de pensadores como, por exemplo, Rousseau, que influencia bastante o campo educacional. Posteriormente, estudiosos do campo da psicanálise, da pedagogia e da psicologia como Piaget, Vygotsky e outros, dão importantes contribuições para a Educação. Jean Piaget, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX, através das suas teorias, exerce grande influência nos estudos sobre literatura infantil. A partir dos seus estudos, Piaget define etapas do desenvolvimento cognitivo, que ajudaram posteriormente, a partir das suas teorias, a se criar classificações dos livros por faixa etária.

Com a industrialização e a modernização da sociedade em decorrência dos novos recursos tecnológicos disponíveis e aperfeiçoamento das tipografias, surge o livro de literatura infantil. “Os laços entre a literatura e a escola começam desde este ponto: a habilitação da criança para o consumo de obras impressas” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1987).

Na Europa, referindo-se à leitura e não à oralidade, a literatura infantil teve início no século XVIII, quando, o francês, Charles Perrault publicou os **Contos da Mamãe Gansa**, cujo título original era **Histórias ou narrativas do tempo passado com moralidades**. Na realidade, desde a Idade Média, os contos de fada são transmitidos oralmente pela sociedade, tanto que o autor se recusa a assinar a primeira edição do livro, por ser uma obra popular. Posteriormente, no século XIX, na Alemanha, os irmãos Grimm se destacam resgatando diversos contos populares, uma forma de valorizar as tradições populares e que hoje fazem parte da Literatura Infantil Clássica.

No Brasil a literatura infantil surge mais tarde, entre o fim do século XIX e o começo do século XX e segue o modelo europeu. Nesse momento o país começa a se urbanizar, almeja para si a modernidade e filia-se a uma postura capitalista. Em decorrência disso, há um fortalecimento de classes sociais, valorização da instrução e da escola. Nesse contexto, considerável parte da população consome produtos classificados como culturais. Muitos clássicos da literatura infantil, que fazem sucesso na Europa, são traduzidos para as crianças brasileiras, como algumas obras escritas pelos irmãos Grimm de grande sucesso até os dias atuais, dentre elas, Chapeuzinho Vermelho, Rapunzel e outras que ficaram conhecidas em diversos países.

O grande nome que marca o surgimento da Literatura Infantil brasileira e que começa a romper aos padrões literários oriundos da Europa é o de Monteiro Lobato, com a publicação de “Narizinho arrebitado”, em 1921. O autor apresenta em sua obra uma linguagem interessante e bastante adequada para o leitor infantil, visto que, em suas narrativas, inspira-se na criança com suas fantasias e aventuras e valoriza a área rural, ambientação local predominante dessa época. Além disso, ele inventa personagens nacionais e procura construir uma realidade ficcional similar à do leitor do seu tempo, quando cria o Sítio do Pica-Pau Amarelo. Em virtude disso, Lobato torna-se famoso e investe na literatura para crianças.

Entre as décadas de 20 a 40, assim como outras manifestações artísticas, a produção literária aumenta gradativamente. O Estado investe na educação e a escola primária se torna obrigatória, como resultado, há um maior número de consumidores, aumento da escolaridade dos grupos urbanos e consolidação da classe média. Por conseguinte, autores consagrados da literatura produzem obras nesse período, também para o público infantil e juvenil como, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Cecília Meireles, dentre outros.

Sabe-se que, muitos brasileiros, até os dias atuais, apresentam dificuldade de usar a norma escrita padrão da língua portuguesa. Por esse motivo, os escritores modernistas deram

uma grande contribuição, através da literatura, para que houvesse menos dependência dessa norma, valorizando o português brasileiro, se aproximando do contexto do leitor e incorporando a oralidade, tanto na fala dos personagens, como no discurso do narrador. Esse foi um passo significativo para a leitura dos textos literários.

Representar essa oralidade não significou apenas desrespeitar regras relativas à colocação de pronomes ou ajustar a ortografia à pronúncia brasileira. Tratou-se principalmente de reproduzir a circunstância fundamental de transmissão de mensagens: o prazer de se comunicar e de ouvir histórias, a troca de ideias, a naturalidade da narração em serões domésticos. Essa situação, concretizada por Lobato e Graciliano, é imitada por muitos: Lourenço Filho, Paulo Guanabara, Viriato Correia [...] recuperam a familiaridade do discurso e facilitam, conseqüentemente, a identificação do leitor, possibilitando à narrativa posicionar-se sempre no presente daquele. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1987)

A literatura infantil se favorece com processo de modernização da sociedade brasileira, de modo que, a indústria de livros cresce e o acesso à leitura se expande através da escola.

Através das diferentes manifestações da Arte, o artista, de forma simbólica, expressa o reflexo da sociedade e suas mudanças. Isso pode ser percebido, na música, na pintura, no poema, na narrativa, enfim, no modo escolhido pelo seu mestre para se transmitir uma mensagem artística. A literatura infantil e juvenil, assim como a produção literária não infantil, a partir da década de 60, empenha-se na representação da realidade brasileira. Como resultado, vários autores incorporam a temática urbana e denunciam a crise social brasileira. Além desses temas, destaca-se também as histórias de ficção científica e as policiais. Diante de tantas mudanças, o interesse por essa modalidade literária cresce de forma gradativa e torna-se objeto de estudos acadêmicos, teses, tema de congresso, livros, etc.

1.1- A Teoria Literária, o leitor e a escola

A teoria literária além de enfatizar a linguagem literária e o apuro estético, sugere diversas maneiras de incorporar o contexto cultural à definição de literatura. No entanto, ainda que o objeto de estudo seja literário, pesquisar assuntos relacionados a crianças e adolescentes, requer conhecimentos e o exame de ciências de naturezas diversas. Estudos

pedagógicos e sociológicos, por exemplo, ajudam a completar o entendimento da literatura infantil e juvenil, dependendo dos objetivos da leitura.

Um outro desafio aos estudiosos dessa área diz respeito ao duplo destinatário. Afinal, ao mesmo tempo em que a narrativa do livro literário é elaborada para um público específico de determinada faixa etária, deve também, ajustar-se a opinião dos adultos que, muitas vezes, possuem expectativas diferentes diante de uma narrativa. A reflexão sobre o livro oferecido às crianças parte do adulto, que o analisa, de acordo com seus interesses, fazendo com que a literatura infantil adote uma tarefa educadora, seja do ponto de vista familiar, seja do escolar. Portanto, no momento em que a obra apresenta um código linguístico, um projeto estético voltado ao público infantil e juvenil, que envolve o leitor, deve também dialogar com outros códigos que constituem o sistema cultural de uma sociedade como um todo.

Como se vê, a evolução dos estudos teóricos da literatura para crianças e jovens ocorre em sintonia com as mudanças histórico-sociais. Além disso, a partir da década de 80, os estudos enfatizam alguns aspectos como, a relação interativa entre texto e leitor. Muitas vezes o texto estimula a imaginação do leitor podendo levá-lo a mais de uma possibilidade interpretativa, levando-se em conta suas experiências e alguns conhecimentos prévios.

A autora Teresa Colomer (2003) cita em seu livro *A formação do leitor literário* alguns teóricos que destacam a importância do leitor. Eco (1979) por exemplo, diz que a interpretação do texto é um ato subjetivo e que *o texto está repleto de elementos não ditos, que o leitor deve preencher[...]o texto tem que ter previsto a interpretação do leitor através dos seus próprios mecanismos de geração de sentido* (p.96). Em 1985, Batjin e Medvedev defendem a perspectiva social-interativa do texto e falam sobre o significado do texto: *é uma construção negociada por autor e leitor, através da mediação do texto*. E explica que a mensagem é construída como uma espécie de ponte ideológica, que se edifica no processo de sua interação (p.98). Essa “construção” é realizada como um jogo imaginativo que requer a participação daquele que lê a obra. Para contribuir e complementar o sentido do discurso, alguns recursos são usados pelo autor, com ajuda de outros profissionais, um deles é o ilustrador.

Os estudos literários passam a incluir as técnicas de ilustração dos livros na descrição e avaliação das obras infantis. A imagem, antes mera complementação, ganha status de arte, uma outra forma de linguagem. Além disso, mostra que o conceito de linguagem é amplo e abrange mais do que o código verbal. A ilustração desempenha funções importantes na

produção do significado. As duas linguagens, a verbal com a visual, podem colaborar para que o leitor compreenda a mensagem do livro.

Como a literatura acompanha as mudanças sociais, os livros dirigidos ao público infantil e juvenil passam a variar seus temas. Muitos deles, relacionados a falta de liberdade, ao desrespeito, a intolerância, a outras questões polêmicas que assombram a sociedade. Pode-se dar como exemplo a constituição da família tradicional do século passado, composta de pai, mãe e filhos, com outras formações familiares que encontramos na sociedade atual, compostas algumas vezes de mãe e filho, duas mães ou dois pais gays e filhos, mas que sofrem preconceito por parte de um determinado grupo social que não aceita a mudança como algo normal. Um outro exemplo diz respeito ao padrão de beleza hegemônico imposto pela sociedade que muitas vezes leva jovens a diminuir a autoestima e a não se aceitarem porque são mais gordinhos ou porque não tem cabelos lisos, enfim, porque não seguem o padrão idealizado.

Por isso, é importante que através da ficção literária, o jovem leitor, de forma simbólica, possa atuar e desempenhar vários papéis sociais e conhecer diversos mundos. É como se estivesse em um jogo entre ficção e realidade. Ele vivencia experiências e emoções com o texto que, além do prazer estético, pode fazer com que se resgate o gosto de ouvir histórias, como também levá-lo a saber mais sobre si e do mundo que a cerca.

Entretanto, para que realmente, os jovens leitores tenham condições de vivenciar experiências incríveis e tornarem-se, de fato, leitores literários, é essencial que tenham acesso aos livros. No Brasil, a desigualdade social aumenta dia após dia e a minoria da população tem condição financeira de comprar livros literários. O acesso aos bens culturais como, os livros, o teatro, por exemplo, é um privilégio para a sociedade de classes. São poucas as bibliotecas públicas, algumas inclusive foram fechadas, devido à crise econômica atual e a falta de incentivo aos bens culturais.

A escola tem um papel muito importante e desafiador de ampliar o repertório de leituras do aluno e a partir disso, poder despertar nele o gosto pela leitura. Indubitavelmente, é muito comum crianças terem o seu primeiro contato com o livro nessa instituição, principalmente àquelas pertencentes à classe social mais pobre. Na escola, muitos brasileiros têm a oportunidade de pôr em prática o direito ao “mundo da leitura”.

1.2 - Cultura e identidade cultural

Cultura é um conceito de vários sentidos, no entanto, está sendo levado em conta neste trabalho o termo relacionado ao ponto de vista das ciências sociais (sociologia e antropologia), sobretudo conforme a formulação de Edward B.Tylor (Tylor, Edward apud Cuche, Denys,1999:p.35). Segundo o autor, cultura é um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais artificiais (isto é, não naturais ou biológicos) aprendidos de geração em geração por meio da vida em sociedade. Essa definição geral pode sofrer mudanças de acordo com a perspectiva teórica do sociólogo ou antropólogo em questão.

Paulo Freire, em seu livro **A Importância do ato de ler** fala sobre cultura e identidade cultural. Diz que os colonialistas falavam que somente eles tinham cultura, como se não tivéssemos história antes de chegarem. Eles tentavam destruir a nossa identidade cultural, negando a nossa cultura e explica:

Todos os povos têm cultura, porque trabalham, porque transformam o mundo e, ao transformá-lo, se transformam. A dança do Povo é cultura. A música do povo é cultura, como cultura é também a maneira que o Povo cultiva a terra. Cultura é também a maneira que o povo tem de andar, de sorrir, de falar, de cantar, enquanto trabalha. (...) Cultura são os instrumentos que o Povo usa para produzir. Cultura é a forma como o Povo entende e expressa o seu mundo e como o Povo se compreende nas suas relações com o seu mundo. (FREIRE,2009, p.75e 76)

Para Paulo Freire, o povo deve defender a sua cultura, baseada em suas tradições, assim como receber as influências positivas das culturas estrangeiras. Mas cada sujeito deve assumir a tarefa de refazer a sua sociedade, refazendo-se a si mesmo também. No Brasil há uma diversidade cultural forte devido à miscigenação de diversos grupos étnicos que participaram da formação do povo brasileiro. Além dos nativos indígenas, dos africanos e dos colonizadores portugueses, imigrações importantes ocorreram, como a italiana, japonesa, alemã e árabe. Todos esses povos contribuíram para ampliar a diversidade cultural brasileira.

Mas, ao longo de toda sua história, alguns desses grupos estão marcados por uma forma violenta de negação de sua alteridade. Isso tem relação com a construção sociocultural, com o que é valorizado, o que é silenciado e com os sujeitos históricos que conseguiram resistir e continuam lutando por seus direitos e cidadania.

Em termos políticos, quando se fala de identidade, se pensa em reconhecimento de certos grupos sociais que têm sido alvo de inaceitáveis discriminações. Os afrodescendentes,

os índios, as mulheres e os homossexuais são alguns exemplos desses grupos. Contudo, eles têm se rebelado contra a situação de opressão que os têm vitimado e têm conquistado espaços e afirmado seus direitos à cidadania.

Identidade tem uma relação com aquilo que é estabelecido pelos outros. Os autores STOER & MAGALHÃES (2005) explicam e dão exemplos:

[...] somos mulheres, somos homens, somos mães, somos pais. A identidade expressa, nesse caso, aquilo que somos. Contudo, aprendemos o que somos em meio às relações que estabelecemos, tanto com os nossos semelhantes (somos, todos nós, brasileiros) quanto com os que diferem de nós (somos meninos, por não sermos meninas). Aprendemos também o que somos em meio aos significados atribuídos, pelos outros, àquilo que somos (por sermos meninos, não devemos chorar na frente dos outros; [...] meninas, podemos brincar de bonecas). (STOER & MAGALHÃES apud MOREIRA; CANDAU, 2013: p.41)

Desse modo, os autores procuram mostrar que identidade é algo (re) construído em um processo de identificação e interação com diferentes pessoas, familiares, torcedores do time de futebol, seguidores da mesma religião, etc. Do mesmo modo as diferenças também são construídas socialmente, e assim se constrói uma identidade, em meio às relações estabelecidas. Ou seja, há uma relação profunda entre identidade e diferença. Silva (2000) complementa o assunto e diz que identidade não é estável, nem definitiva. *É instável, contraditória(...)inacabada. É uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo* (SILVA 2000 apud MOREIRA; CANDAU, 2013: p.42)

Ao falar em ato performativo, o autor explica que a identidade se cria também por certos atos de linguagem. Aquilo que é dito pode contribuir para se reforçar uma identidade, isso ocorre em um processo de repetição.

1.3 - Multiculturalismo e Escola

O multiculturalismo é um dado da realidade da sociedade brasileira, mas cada cultura tem suas raízes. Há diversos costumes compartilhados, diferentes cores de pele, liberdade do credo religioso. No entanto, há muitos problemas com questões de diferenças relativas a raça, religião, etnia, classe social, gênero, sexualidade, etc. que se evidenciam em todos os espaços sociais.

A escola é o espaço formal adequado para se trabalhar de forma entrelaçada educação e culturas, mas não com a tendência homogeneizadora e padronizadora, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos. Segundo os autores Antonio Moreira e Vera Candau (2013), há uma concepção de multiculturalismo tratada por alguns educadores como uma abordagem descritiva e outra como uma abordagem propositiva. A descritiva afirma o multiculturalismo como uma característica das sociedades atuais. Os autores explicam que nesta concepção é enfatizada a descrição e a compreensão da construção da configuração multicultural de cada contexto específico.

A segunda concepção aborda uma proposta de se trabalhar as relações culturais numa determinada sociedade de forma transformadora, pluralista e inclusiva, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. Propõe trabalhar de forma dialógica com os processos de mudança cultural presentes na população, criando oportunidades de ver, ouvir, reconhecer, respeitar, valorizar “o outro” e interagir com ele.

No momento atual, as questões culturais não podem ser ignoradas pelos educadores e educadoras, sob o risco de que a escola cada vez se distancie mais dos universos simbólicos, das mentalidades e das inquietudes das crianças e jovens de hoje. (MOREIRA; CANDAU, 2013: p.16)

A escola deve ser concebida como espaço de crítica e produção cultural. Para os autores, o (a) professor (a) tem um papel importante de mediador na construção de relações interculturais e deve promover atividades que favoreçam experiências em que o aluno se coloque no ponto de vista do outro e que o encaminhe ao diálogo e à reflexão coletiva. O livro literário é um excelente instrumento que pode e deve ser usado na sala de aula pelos docentes e discentes nessas atividades.

2. A LITERATURA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A literatura aparece como manifestação e necessidade universal de todos os homens em todos os tempos, levando-se em conta desde o folclore e lendas de um povo até as mais complexas formas de escrita. Para o sociólogo e crítico literário Antônio Candido, não há povo e não há homem que possa viver sem ela. Em seu artigo “O Direito à Literatura” (2011), faz uma reflexão entre direitos humanos e literatura. Parte do pressuposto de que pensar em direitos humanos é *reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo* (Candido:2011, p.172) O problema está no reconhecimento desse postulado. Cada sujeito pensar que o seu direito é igual ao do seu semelhante.

Na opinião do autor, a literatura tem de ser vista como um direito básico do ser humano, pois a ficção/fabulação atua no caráter e na formação do sujeito. A sociedade sabe que todos têm direito às necessidades básicas como alimentação, saúde, educação e lazer, porém, muitos não consideram como direito de todos o acesso à cultura como frequentar o teatro, o cinema, enfim o acesso às artes, inclusive, a arte literária.

O autor diz que a literatura tem uma função humanizadora e que não atua sobre o indivíduo somente porque transmite uma espécie de conhecimento. A maneira pela qual a mensagem é construída e como ela manifesta emoções e visão de mundo dos leitores, são aspectos fundamentais para que se entenda essa função.

Entendo aqui por humanização [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção de complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO:2011, p.182)

Esse processo argumentado por Candido está presente na literatura de uma forma geral, inclusive na literatura infantil e juvenil. A criança, que está em processo de formação, tem a oportunidade de aprender através de um texto literário, sem perceber que está aprendendo, de manifestar suas emoções, de conhecer visões múltiplas do mundo e questioná-las.

Através da história da nossa sociedade, nas relações entre nações e povos, somente parte da humanidade foi beneficiada. Por conseguinte, cresceu a desigualdade e exclusão social e como resultado disso, surgiram vários conflitos e lutas de grupos que foram em busca dos seus direitos.

No Brasil, em 2003, foi criado o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos por meio da Portaria nº 98/2003 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/PR). Comitê formado por especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais, que concluiu, em 2006, o Plano Nacional em Direitos Humanos (PNEDH).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. [...] o PNEDH incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz. [...]. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ) e Secretarias Especiais, além de executar programas e projetos de educação em direitos humanos, são responsáveis pela coordenação e avaliação das ações desenvolvidas por órgãos e entidades públicas e privadas.¹

Através desse documento, o Estado brasileiro se compromete a promover uma educação de qualidade para todos, baseada na promoção da igualdade de oportunidades, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã. Entretanto, na prática, essa tarefa desafiadora não é fácil de ser alcançada. A Instituição escolar deve ser favorável de uma educação voltada para a inclusão social, pela valorização e reconhecimento da diversidade cultural brasileira. Certos grupos sociais têm sido alvo de discriminações. Entre eles estão os negros, os homossexuais, as mulheres, os gordos e outros.

Noticiários e pesquisas mostram que a intolerância está presente e crescente em nossa sociedade e se manifesta de diversas maneiras, por meio de diferentes canais, atingindo vários grupos populacionais. Ela alimenta o ódio, o preconceito e a violência desmedida que, muitas vezes, resultam em mortes. Além disso, é contrária aos direitos humanos.

A Secretaria dos direitos humanos dispõe à população um serviço de atendimento por telefone gratuito para que a população faça denúncias, o Disque 100 Direitos Humanos. Porém, nem todos têm conhecimento desse canal. O Departamento de Ouvidoria Nacional dos direitos humanos, vinculado ao Disque 100, procura orientar, adota providências para o

tratamento dos casos de violação de direitos humanos, podendo atuar com outros órgãos públicos e organizações da sociedade.

De acordo com o Departamento, no ano de 2016, foram recebidas 133.061 mil denúncias de violação de direitos humanos. O módulo Crianças e Adolescentes lidera a quantidade de ligações. São muitas as violações registradas contra crianças e adolescentes, entre elas, vários tipos de violência.

A tabela abaixo mostra que diminuiu o número de registro de denúncias entre 2015 e 2016. Os módulos: Igualdade Racial, Pessoa Idosa, População em Situação de Rua e Pessoa em Privação ou Restrição de Liberdade tiveram aumento no registro de violações.

Grupo	2015	2016	%
Criança e Adolescente	80437	76171	57%
Pessoa Idosa	32238	32632	25%
Pessoa com Deficiência	9656	9011	7%
Privação/Restrição de Liberdade	3565	3861	3%
LGBT	1983	1876	1,4%
Igualdade Racial	1064	1326	1%
População de Rua	682	937	1%
Outras Violações	7892	7247	5%
Total	137517	133061	100%

Crianças e adolescentes

Entre as violações registradas contra crianças e adolescentes estão negligência, que mostra a ausência ou ineficiência no cuidado (com 37,6%), seguida de violência psicológica (23,4%), violência física (22,2%) e violência sexual (10,9%). Em 2015, 4542 das denúncias em outras violações são referentes à exploração do trabalho infantil e 514 denúncias de violência institucional. Em 2016, 4690 são referentes à exploração do trabalho infantil e 1230 de violência institucional. (www.sdh.gov.br)

UF	NEGLIGÊNCIA	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	VIOLÊNCIA FÍSICA	VIOLÊNCIA SEXUAL	OUTRAS VIOLAÇÕES	Total
2015	36,6%	23%	24,5%	11%	4,8%	100%
2016	37,6%	23,4%	22,2%	10,9%	6%	100%
2015	58.567	36.794	39.164	17.583	7.739	159.847
2016	54.304	33.860	32.040	15.707	8.669	144.580

¹ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

Estatisticamente, pode se perceber alguns dos problemas sociais atuais vivenciados por muitos jovens brasileiros. Fato que não pode ser ignorado pelos educadores na sala de aula. Pelo contrário, a Escola deve levar em conta a realidade do aluno e estar aberta ao diálogo.

2.1 Preconceito, discriminação e bullying na escola

Apesar da origem etimológica da palavra “preconceito” ser latina, segundo a pesquisa realizada em 2007, na área de linguística da Unicamp, a partir da teoria da Semântica do Acontecimento, pela pesquisadora Carolina de Paula Machado, em sua tese de doutorado, dicionários de grande circulação na atualidade constroem os sentidos da linguagem, considerando que eles se constituem no acontecimento enunciativo na relação com a história, o social e com o político. Ou seja, considera-se um recorte do real que simboliza sentidos atribuídos socialmente e historicamente à palavra preconceito. Na terceira edição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, publicada em 1999, a definição da palavra Preconceito é a seguinte:

Preconceito. [de pre- + conceito] S. m. 1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 3. P. ext. Superstição, credice; prejuízo. 4. P. ext. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc.: O preconceito racial é indigno do ser humano. (FERREIRA, A. B.de H. ,1999 apud. MACHADO,2007)

A pesquisadora explica que além de se indicar a formação morfológica da palavra - prefixo pré e radical conceito – levando-se em conta a formação da língua portuguesa, por um lado mostra-se conceito, opinião, e por outro, mostra-se relação com atitude e não atitude, discriminação, descrição de comportamentos.

Para Todorov, preconceito implica sempre uma relação social. Aparece como um modo de relacionar-se com o “outro” diferente, a partir da negação ou desvalorização da identidade do outro e da supervalorização ou afirmação da própria identificação (TODOROV, 1999). A partir do preconceito, esse juízo pré-concebido, ocorre de forma concreta a

discriminação. Esta se manifesta através de atitudes de exclusão, de discriminar pessoas, crenças, etc.

Como se vê, a sociedade muda e a língua acompanha a evolução de seus falantes e da sociedade em que vivem. Nesse processo de mudanças, pode ocorrer influência de uma cultura sobre outra, havendo também influência de uma língua sobre outra. No Brasil, devido a uma identificação sociocultural do brasileiro com a cultura norte americana, encontra-se no vocabulário do português brasileiro a presença de palavras oriundas do inglês, um exemplo disso é a palavra bullying.

Segundo Ilari (2002: 19), as palavras estrangeiras são mais facilmente aceitas quando se aplicam a objetos, técnicas ou modos de viver que são em algum sentido “novos”; assim a assimilação de palavras estrangeiras acontece na maioria das vezes como parte de um processo de assimilação que não é apenas linguístico, mas cultural. (ILARI, 2002 apud.PRADO, N.C; MASSINI-CAGLIARI, G.,2011)

O bullying é um termo da língua inglesa que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder. O bullying existe há muito tempo, no entanto, começou a ser estudado na década de 1970 na Suécia. Segundo, ANDRADE (2009), em sua obra **Diferenças Silenciadas**, diz que na década de 1990, na Noruega, o professor da Universidade de Bergen, Dan Olweus, começou a investigar o assunto devido ao número de casos de suicídios ocorridos entre adolescentes, que sofriam agressões na escola.

Uma primeira característica comum aos casos de bullying que nos ajuda a conhecer esse comportamento é a dificuldade que os estudantes encontram em conviver e aceitar as diferenças[...] sabemos que em nossa sociedade algumas diferenças têm sido estigmatizadas, principalmente, quando estas contrariam o que está socialmente acordado como padrão de normalidade. [...] a escola foi pensada e construída no formato de uma instituição uniformizadora, que historicamente pouco assimilou o reconhecimento das diferenças. (ANDRADE,2009, p.111)

A escola representa um microuniverso social, por isso, há uma diversidade de culturas, crenças, etnias, no qual reproduz as relações sociais, inclusive, práticas de discriminação, como o bullying, que está muito presente no ambiente escolar. Por esse motivo, não se deve silenciar determinados acontecimentos presentes no contexto do aluno como o bullying. Além do mais, a escola tem uma importância fundamental no processo de formação de cidadãos pensantes para construção de uma sociedade mais justa devendo proporcionar atividades que levem os discentes ao debate, à reflexão, ao questionamento de valores impostos pela sociedade e ao respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã.

3. AS OBRAS INFANTIS E JUVENIS

O primeiro livro analisado nesse trabalho chama-se *Tamanho G* (AMORIM, 2012), que faz parte da coleção “Era uma vez o bullying”. Composta por cinco livros de autores distintos e indicada para o público juvenil, a coleção aborda perspectivas associadas à questão da violência escolar e estímulo ao respeito ao próximo. Em cada livro, jovens estudantes contam suas histórias acompanhando seus dramas e suas aventuras, ou seja, há um caráter pedagógico específico na coleção. Em *Tamanho G* é relatada a história de Giselle, uma estudante acima do peso, que passa pela experiência do bullying no ambiente escolar. A personagem dialoga com o leitor, demonstrando os seus sentimentos, suas tristezas, por conta de sua aparência fora dos padrões convencionais da sociedade.

A autora usa uma linguagem coloquial que procura aproximar a personagem principal, que é quem narra a história, do leitor. Narra de forma íntima e humorada, a qual expõe várias experiências comuns a jovens estudantes, como se fosse uma conversa entre amigos. Desse modo, procura criar uma conexão entre a obra literária e aquele que a lê, que pode se imaginar vivenciando as situações do texto.

Giselle fala como se sente com tantos apelidos que recebe e dá exemplos de outros colegas que passam pela mesma situação. *Eu sou gorda, inteiramente gorda. [...] ser gordo é colecionar apelidos: baleia, geleia, bolo, [...] hipo (forma abreviada de hipopótamo)* (p. 06). Depois comenta sobre suas colegas que também passam pelo constrangimento de receber apelidos. *Eu não sou o único alvo fácil no colégio. Tem a Tati-tábua, porque não tem peito ainda. E a Pati-vesga* (p.08). Esse tipo de atitude ocorre bastante nas salas de aula, principalmente entre pré-adolescentes e adolescentes, no entanto, pode levá-los a algumas consequências, como por exemplo, a violência física.

Amorim usa o humor como recurso de linguagem na narrativa, recurso interessante que pode tornar a leitura divertida e prazerosa, pode provocar o riso e levar o leitor à reflexão à medida que ele interage com a personagem. Sabendo-se que tudo vai depender da interação entre texto e leitor. A narradora autoconsciente, com bastante humor, apresenta seus pensamentos a respeito dos seus familiares, grupos de colegas da escola, professores, proporcionando uma possibilidade ao jovem leitor a refletir sobre diversas questões, ao mesmo tempo em que se diverte com a leitura.

O texto fala também da postura dos professores diante da situação vivida por esses alunos.

A escola é um campo de guerra em que os professores se fingem de mortos. [...] menos a professora Cláudia e o professor Gustavo. Eles dizem que pro mundo ser melhor temos de ser bons uns com os outros no detalhe. (p.09)

Nessa parte da narrativa, há uma crítica sobre os docentes que não dão devida importância aos problemas que ocorrem entre os alunos e preferem não interferir, ou seja “se fingem de mortos”. Por outro lado, mostra que tem os que agem de forma contrária e mantêm o diálogo com a classe. Para Andrade (2009), um dos princípios da educação é o diálogo, a interação. Ele explica que há uma diferença entre silêncio e silenciamento.

Segundo Marcondes e Japiassú (2008,p.252), “o silêncio não se confunde com a ausência de ruído”, pode ser também “a abolição da palavra ou da linguagem”. Aqui, percebemos que o silêncio pode ser silenciamento, o propósito de manipular o discurso, de não deixar falar ou de não ouvir o outro, o diferente, o discordante, o dissonante, o destoante. Assim, de saída, devemos reconhecer que enfrentar o conceito de silêncio nos coloca diante de compreensões e/ou de situações, muitas vezes, paradoxais. De fato, precisamos diferenciar silêncio e silenciamento (ANDRADE,2009,p.11).

O autor explica que o silêncio pode ser uma expressão de fuga, a fim de se evitar confronto de ideias, pode também ser uma estratégia de se fazer calar os demais e finaliza dizendo que um dos princípios básicos da educação é o diálogo. Como já foi falado, o livro infantil e juvenil tem duplo destinatário e ao se criticar os professores que preferem o silêncio e não o diálogo, percebe-se que o texto também se dirige ao destinatário adulto.

Além da jovem passar por todo esse tormento na escola, também passa em casa, pois sua mãe tenta controlá-la o tempo todo. Conta uma situação que passou quando estava na praça da alimentação. [...] *eu pedi um sundae. Uma guerra se instalou. Minha mãe foi atirando na mesa: não, não, não, não, não, não. Ai, a munição acabou* (p. 14). A autora usa a linguagem de forma criativa, ao mesmo tempo em que procura se aproximar do leitor, faz um jogo semântico interessante com as palavras. Usou os vocábulos guerra e munição, colocando o “não” como se fosse munição de arma de fogo, que machuca, que fere, e ao mesmo tempo com a sonoridade de disparo de tiros.

A personagem demonstra seus sentimentos, se dirigindo ao leitor e falando como se sente com a cobrança da mãe em relação a dietas, diz inclusive que sua mãe sente vergonha por ter uma filha gorda. Sabe-se que cada vez mais as sociedades contemporâneas ocidentais dão grande importância à aparência e à imagem. Os meios de comunicação de massa reforçam

imagens, propagam conceitos do corpo ideal e incentivam ao consumo de produtos de beleza “milagrosos” e serviços destinados à “manutenção do corpo”. Diante disso, muitos daqueles que não seguem o padrão idealizado se sentem insatisfeitos com o próprio corpo ou passam por constrangimentos devido ao preconceito.

Cris Amorim também aproveita o contexto escolar para mostrar que o padrão de beleza da sociedade muda, quando a personagem estuda, na aula de história, pinturas renascentistas. Nessa aula Giselle diz: *Todo mundo estava acima do peso!!! [...] mas é muito azar mesmo. Nascer na era da alface e ter de comer brócolis cru* (p. 15). O texto pode enriquecer o conhecimento do leitor ao falar sobre outras artes, citar os quadros de Botero e falar sobre o renascentismo. Pode inclusive, despertar o interesse no leitor a pesquisar sobre o esse movimento artístico.

Giselle vai contando suas experiências até que num determinado momento, o adolescente Carlinhos, que sempre praticava bullying na escola, sofre um acidente, fica careca, quebra o braço e a situação se inverte. A autora resolve inverter a situação do personagem quando ele passa de autor do bullying para alvo, ou seja, ele vivencia tudo aquilo que fez com os colegas e se sente envergonhado. Sabe-se que na vida real, nem sempre as coisas acontecem dessa forma e nem sempre as pessoas precisam ser castigadas para mudar de atitude, mas, como na ficção tudo é possível, dias depois, quando já está recuperado, muda de atitude e passa a tratar os colegas com respeito. Aos poucos, recebendo apoio dos verdadeiros amigos e carinho recebido do pai, Giselle consegue aceitar que todos nós somos diferentes e restaurar sua autoestima.

No colégio, depois do caso de depressão da menina “Martinha”, que ficou sem querer comer, sem brincar, sem querer frequentar as aulas, a diretora lança um programa de “tolerância zero” ao bullying. Ou seja, é enfatizado como o bullying é um assunto sério, que não deve ser ignorado, nem praticado. No posfácio do livro, o Dr. Gustavo Teixeira, médico psiquiatra infantil e mestre em educação fala sobre a dimensão do problema da violência escolar.

Para compreender a dimensão do problema, em 2008, a International Plan Brasil, uma organização não governamental de proteção à infância, realizou pesquisa com cerca de doze mil estudantes de escolas brasileiras e setenta por cento dos alunos afirmaram terem sido vítimas de violência escolar. Oitenta e quatro por cento destes apontaram ainda suas escolas como violentas. Os dados alarmantes reforçam a ideia de que alguma coisa precisa ser feita para modificar essa triste realidade. (Amorim, 2012: p.54)

Por isso, ele acredita que, através da literatura, o jovem estudante pode ser capaz de olhar o mundo pelo olhar do outro e de ver a vida sob diferentes perspectivas.

No final do livro a personagem se despede do leitor, o chamando de amigo e dizendo que sentirá saudade, ou seja, o leitor realmente é colocado como peça fundamental do texto, pois durante toda a narrativa a personagem procura dialogar com leitor, fazendo indagações e se colocando como uma conversa entre amigos.

Analisando a obra de Cris Amorim, deve-se levar em conta que faz parte de uma coleção que apresenta um certo didatismo, fenômeno muito presente na literatura infantil e juvenil e também criticado por vários estudiosos do campo literário. Por outro lado, a narrativa aborda um tema que faz parte da realidade social do jovem leitor, o bullying e a autora apresenta qualidade literária, escreve de forma criativa, usa uma linguagem que se aproxima da faixa etária indicada, podendo levar aquele que lê o livro ao prazer de ler, assim como a ser conduzido durante a leitura, a se envolver na ficção, e com isso, colocar a sua subjetividade no texto. Para Vicent Jouve, [...] *a leitura não é somente a ocasião de enriquecer o saber sobre o mundo; ela permite também aprofundar o saber sobre si*". (in:ROUXEL; LANGLADE,2013). Através da obra literária, o leitor pode se incluir no texto como coautor através do imaginário, de modo a proporcionar a interação texto-leitor.

A segunda obra analisada é *Tal Pai, tal filho?* (MARTINS,2011) e faz parte da coleção dó.ré.mi.fá. A coleção é composta por diversos livros de autores distintos e indicados, pela editora, para crianças da faixa etária entre oito a nove anos, por esse motivo, as narrativas não são muito longas. Os livros da coleção abordam temas diversos, no caso do escolhido para esse trabalho, relata a história de um garoto criado no contexto de uma família tradicional, do interior nordestino do Brasil. Seu pai, um homem bastante severo, gostava de lhe contar muitas histórias da sua terra, dos homens corajosos, como, por exemplo, o Capitão Virgulino, também conhecido como Lampião. Além de tantos outros que chamava de "cabra-macho".

O livro tem belíssimas ilustrações do ilustrador Sergio Serrano, que se assemelham a xilogravuras, também presentes na cultura dessa região. O ilustrador diz que sempre gostou de contar histórias e que se diverte juntando a sua imaginação com a imaginação das outras pessoas. Por ser um livro infantil, a ilustração pode desempenhar um papel fundamental na produção do significado, à medida que apresenta uma interação entre palavra e imagem, assim como, pode atrair o leitor pela visualidade.

A ilustração na literatura para a infância aparece, portanto, como uma linguagem de acesso mais imediato, auxiliando o leitor mirim a interagir com a

palavra. As duas linguagens compartilham o mesmo suporte, e na ilustração, geralmente, predomina o figurativo, referindo modelos da natureza ou figuras fantásticas oriundas do imaginário. A natureza figurativa é de reconhecimento rápido e permite ao leitor estabelecer conexões com o mundo e elaborar redes interpretativas. (RAMOS e PANOZZO, op. cit.).

O menino, que adorava ouvir as tais histórias contadas pelo pai, foi crescendo, e aos poucos, perdendo o seu colo, afinal, não era mais um menininho, estava se tornando um rapaz. E como dizia seu pai: *Homem que é homem não pede colo e não chora* (p.06). Até que, o menino descobre que o seu grande sonho é se tornar um bailarino. Porém, seu pai não podia sequer assimilar essa ideia.

Como se vê, a questão da identidade está muito presente na obra, como já foi falado em um dos capítulos anteriores, nesse livro, destaca-se a identidade do homem nordestino. Ele é visto como cabra-macho, valente, que enfrenta tudo com muita coragem. O processo de produção de identidade se relaciona com a força do ato linguístico e sua repetição, com isso são construídas algumas verdades que podem se extinguir à medida que são questionadas. Por que todo homem deve ser valente? Por que homem não chora? Por que homem não pode ser bailarino? O texto pode levar o leitor a essas indagações e à reflexão sobre elas.

A história é contada num estilo semelhante ao cordel, gênero da literatura muito presente no Nordeste brasileiro, portanto, mais conhecido nessa região. A autora, através da obra, exprime os valores morais presentes na cultura nordestina e usa uma linguagem poética. O texto é narrado num ritmo musical, apresentando uma estrutura de rima. Ao mesmo tempo, tanto o narrador como os personagens, em seus diálogos, demonstram muita sensibilidade, envolvendo situações de demonstração de sentimentos como por exemplo, amor e tristeza. Isso é colocado de uma maneira que pode levar o leitor a se encantar e se conectar com a história.

O livro pode auxiliar o leitor a conhecer outra cultura, muito conhecida como cultura popular. No caso de ser lido na escola, o professor, como mediador, poderá levar o aluno-leitor a perceber a ligação da literatura de cordel com a oralidade, falar sobre a sua origem e explicar que antes era escrita em folhetos e que eram cantados ou recitados. Poderá também estimulá-los à leitura compartilhada, fazendo com que se pronunciem e dialoguem com o texto à medida que vão lendo e posteriormente estimulá-los a criar pequenas narrativas e suas ilustrações.

RAMOS, Flávia Brocchetto; PANOZZO, Neiva Senaide Petry. “Entre a ilustração e a palavra: buscando pontos de ancoragem”. *Espéculo: Revista de Estudios Literarios*, n.26, mar.-jun.2004. (UCM)

Na narrativa, o pai, no início, demonstrava muito carinho ao filho, mas, aos poucos, com o crescimento do menino, suas atitudes foram se modificando, levando o menino a ficar confuso com tal mudança.

Menino, tome cuidado, fale grosso, ande direito. Não mexa assim com as mãos, seja homem; olhe o respeito! Em seguida, o narrador: E o pobre do menino não entendia mais nada. Onde estava aquele homem que um dia queria ser, que lhe contava as histórias até ele adormecer? (p.06)

O garoto tenta achar uma explicação para considerar a postura do pai questionando à mãe, contudo, ela é submissa ao marido e diz: [...] *a culpa é sua, você já é um rapaz. [...] tome jeito, tome tino, não aborreça seu pai* (p.09). Nesse trecho da narrativa, nota-se o modelo familiar tradicional patriarcal e o preconceito do pai em relação ao filho, por ele não seguir o padrão da figura do homem nordestino.

Após tantas discórdias, o menino revela a seus pais o sonho de querer se tornar um bailarino. O tempo passa, ele cresce, sai de casa, se torna um homem. Sua mãe, sente muita saudade, até que, num certo dia, se revolta e culpa o seu marido pela dor que sente devido à ausência do seu menino. Diante da situação, o pai do rapaz se arrepende por ter permitido a saída do filho de casa e resolve procurá-lo. No final da história todos se reencontram e fazem as pazes, em razão disso, o rapaz é aceito do seu jeito pelos pais e todos ficam felizes.

Na ficção, o final termina de uma forma bonita, mas na realidade, nem sempre é assim. Muitas crianças passam por preconceitos e discriminações tanto na escola, como na comunidade onde mora e muitas vezes até na própria casa por familiares. O simples fato, por exemplo, de um menino apresentar características consideradas como femininas, até pelo jeito de falar ou de agir, pode ser motivo dele sofrer algum tipo de violência, física, psicológica ou sexual, como é mostrado através de estatísticas pela Secretaria dos Direitos Humanos. Por isso é importante que não se ignore e que se reflita sobre essa realidade. Na narrativa *Tal Pai, tal filho?* (MARTINS, 2011) o preconceito acontece na própria família, por uma questão cultural, pelos valores morais que foram passados de geração em geração, valores que são recebidos como verdades, que muitas vezes são aceitas e não são questionadas. O próprio título já mostra uma interrogação, o filho deve ser e pensar como o pai? A sociedade se modifica e a forma de se viver e se pensar também.

Analisando a obra, percebe-se que a linguagem poética usada no texto e a forma como a mensagem foi construída em conjunto com as ilustrações, poderá manifestar emoções no leitor, além de despertar nele o senso da beleza e o prazer pela leitura. O leitor poderá ou não se identificar com a história, com os personagens, assim como, se colocar no ponto de vista do outro de forma simbólica. O tema do preconceito foi abordado de uma maneira delicada que pode levar tanto o leitor adulto, como a criança à reflexão sobre a intolerância.

Além disso, é importante ressaltar que o livro pode ser usado na escola, em sala de aula, com uma função formadora, podendo ter o professor como mediador, não para dar interpretações ou respostas prontas, mas, para ouvir o aluno e estimulá-lo a se pronunciar e a refletir sobre o texto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura infantil e juvenil, assim como as diferentes manifestações artísticas, procura expressar o reflexo da sociedade e suas mudanças. Por isso, ao se fazer uma análise de um livro, deve se considerar a forma e o conteúdo, valores estéticos e éticos. A sua criação expõe, de alguma maneira, relações sociais. A partir das experiências com o texto literário, o leitor pode usar a imaginação, vivenciar situações e assumir papéis de personagens que poderá ajudá-lo a se conhecer melhor.

A escola assumiu na história um papel importante para a literatura infantil e juvenil e continua sendo a instituição formal que mais incentiva ao consumo dos livros e dá oportunidade a muitos jovens de conhecerem o “mundo da leitura”. Embora exista questões políticas e ideológicas envolvidas no processo educacional, ainda acredito na Escola como um espaço importante para a formação da consciência crítica e que oferece uma educação direcionada aos direitos humanos. Na escola, o professor é o mediador responsável pela aquisição da prática da leitura, portanto, deve elaborar métodos para que ocorra a formação do leitor. Para isso, ele deve ser um profissional bem preparado, assim como, incentivar à prática da leitura. Afinal, literatura é para ser lida, praticada.

As duas obras analisadas denunciam padrões morais e éticos, questões culturais que levam à sociedade dificuldades de aceitação às diferenças. Para que haja respeito nas relações sociais, menos preconceito e menos discriminação, a escola é uma instituição fundamental que pode contribuir no processo de formação do indivíduo em busca de uma sociedade melhor; e a literatura infantil e juvenil é uma excelente ferramenta que pode contribuir para esse processo.

Os dois livros apresentam estilos diferentes, o primeiro aponta uma linguagem coloquial e o segundo uma linguagem mais poética. Porém, em cada um deles, há uma harmonia entre forma e conteúdo, ao abordarem, de forma dialógica, os temas sociais sugeridos, que podem estar presentes no contexto do jovem leitor. Alguns valores que são inculcados pela sociedade estão presentes nas narrativas. Nelas se encontra um conjunto de características essenciais para o processo de humanização, citado por Candido, que podem ser vivenciados pelo jovem leitor como, o senso da beleza, o cultivo do humor, afinamento das emoções, exercício da reflexão, dentre outras.

A linguagem literária aumenta no leitor a competência de assimilar o mundo e mostra o ser humano e a sociedade em sua complexidade e diversidade. Mostra que muitas vezes

reproduzimos aquilo que ouvimos sem refletirmos e que os valores morais e socioculturais estão em constantes mudanças. Desse modo, aquele que lê pode se tornar mais crítico, mais tolerante, mais compreensivo e menos preconceituoso.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Cris. **Tamanho G**. Coleção “Era uma vez o bullying”. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ANDRADE, Marcelo. **Diferenças Silenciadas: Pesquisas em Educação, Preconceitos e Discriminações**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- CANDIDO, Antônio. “O direito à literatura” In: **Vários Escritos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- COLOMER, Teresa. **A Formação do Leitor Literário: narrativa infantil e juvenil atual**. Tradução: Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 1999.
- FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 50 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira. História & Histórias**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- MACHADO, C.P. **A designação da palavra preconceito em dicionários atuais**. 2007 Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, SP.
- MARTINS, Georgina. **Tal pai, tal filho?** Coleção dó-ré-mi-fá. São Paulo: Scipione, 2010.

Ministério dos Direitos Humanos. <http://www.sdh.gov.br/noticias/2017/abrc/disque-100-recebeu-mais-de-131-mil-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-em-2016/> Acesso em 02 nov.2017.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.) **Multiculturalismo. Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PRADO, Natália Cristine; MASSINI-CAGLIARI, Gladis. “A presença de palavras de origem inglesa nos dicionários de português brasileiro: questões de identificação cultural”. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 9, n. 17, p. 16-31, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124855>>. Acesso em 25 jan. 2018.

RAMOS, Flávia Brocchetto; PANOZZO, Neiva Senaide Petry. “Entre a ilustração e a palavra: buscando pontos de ancoragem”. Espéculo: **Revista de Estudios Literarios**, n.26, mar.-jun.2004(UCM). Disponível http://www.ucm.es/info/especulo/numero26/ima_infa.html. Acesso em: 29 jan.2018.

ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luzia de (Org.). **Leitura subjetiva e ensino de literatura.** São Paulo: Alameda, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura.** São Paulo: Ática, 1989.